

Fiesp pede desindexação e revela itens do pacote

• 7 JUN 1983

O pacote econômico a ser divulgado pelo governo esta semana perderá toda sua eficácia se não for adotada a desindexação, da economia, com a introdução de um redutor na ORTN e no INPC. Esta foi a opinião unânime de empresários reunidos ontem na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, após a análise das medidas que estão sendo cogitadas, a serem decididas na reunião de quinta-feira do Conselho Monetário Nacional. O presidente da Fiesp, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, após conversas telefônicas com todas as autoridades da área econômica, ontem, traçou um esboço das medidas a serem adotadas pelo governo.

Em relação aos subsídios na área de custeio agrícola, deverá haver um aumento, para a região Norte-Nordeste, de 40 para 70% da correção monetária, mais 3% de juros ao ano, e para o Centro-Sul, de 60 para 85% da correção monetária, mais 3% de juros. Esse reajuste deverá ser ampliado gradualmente até a eliminação dos subsídios, em 1985, com a adoção de correção integral para o Centro-Sul, e de 90% da correção para o Norte-Nordeste, mais 3% de juros. Os projetos especiais, tipo Provarzea e outros, pagará pelo crédito, até 1985, 80% da correção monetária para Centro-Sul e 72% da correção para o Norte-Nordeste, mais 3% de juros.

Para o crédito à exportação as taxas seriam de 70% da correção monetária, mais 3% de juros ao ano, a partir de outubro (hoje a taxa está na faixa de 40% da correção). Haveria, também, garantia de incentivos diretos à exportação até por volta de abril de 1984. Para as pequenas e médias empresas as taxas para o crédito seriam idênticas às do setor agrícola. Prevê-se, ainda, que o limite quantitativo ao crédito seja liberado a partir de 1º de outubro, havendo possibilidade de liberar o setor privado antes desse prazo.

TRIBUTOS E ESTATAIS

Na área de tributos, esperam-se três medidas: antecipação do Imposto de Renda de 1984 das instituições financeiras a partir de julho; sobretribo de 10% sobre o imposto dos rendimentos provenientes de aplicações financeiras (*overnight, open market* e outros), além da antecipação do IR do próximo ano; redução do Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF) de 4,8% para 1,5% nas operações de financiamento, exceto para importação e, possivelmente, também para BNH e crédito ao consumidor.

Na área das estatais outras três medidas estão sendo dadas como certas: eliminação de vantagens pecuniárias, com exceção do 13º salário, para todos os funcionários públicos diretos ou indiretos; redução das contribuições das empresas estatais aos fundos de pensão de seus funcionários, e novos cortes nos orçamentos das estatais, principalmente em custeio.

Todas essas medidas deverão representar, no mínimo, Cr\$ 1,5 trilhão de saldo líquido no orçamento do governo (orçamento monetário, fiscal e das estatais) — quando o ideal seria Cr\$ 2 trilhões —, uma redução do déficit público que os empresários paulistas acham viável.

O pacote deve incluir, também, aumentos significativos de preços. O açúcar já subiu 33% ontem e prevêem-se aumentos máximos de 60% para o trigo e de 55% para os derivados do petróleo. O presidente da Fiesp destacou, porém, que é provável que os percentuais de aumentos sejam menores, mas sabe-se que os 55% para o petróleo seriam os necessários para a eliminação total do subsídio até o final do ano, enquanto para "zerar" a conta do trigo o aumento requerido seria de 190%.

APOIO DA FIESP

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, por decisão unânime da diretoria, apoia integralmente as medidas acima, com uma condicionante: que haja desindexação. "Não conseguimos, com 50 cabeças pseudopresidentes, visualizar como esse pacote será eficiente sem haver a desindexação, pois o objetivo de reduzir a inflação não seria possível sem ela", destacou Vidigal. Nesse sentido, sugeriu, por exemplo, a aplicação de um redutor de 10%, como o do aluguel, como a medida mais coerente. Uma inflação mensal de 10% durante seis meses, segundo ele, é mais grave para o assalariado do que a aplicação de um redutor sobre o INPC.

Assim, Vidigal acha que o governo está fazendo pressões políticas não racionais, mantendo a discussão mais a nível emocional, pois, em sua opinião, somente sem indexar a economia, será possível resolver problemas como queda da inflação, equilíbrio orçamentário e recuperação.

"Estou berrando até o último momento", afirmou Vidigal, demonstrando preocupação diante das suspeitas de que o governo não adotará a desindexação. Nesse sentido, considerou que nenhum acordo, mesmo o firmado entre PDS e PTB, deve barrar essa medida, salientando que se Ivete Vargas não aceitar a desindexação, as consequências recairão sobre a indústria privada, com a volta do CIP, e a agricultura, que perderá o preço mínimo, atrasando a eficiência do pacote, que, no momento, parece lógico e racional, apesar do sacrifício geral.

"O bom médico é aquele que sabe receitar um remédio que faça mal para a doença do que para o paciente", afirmou Vidigal, lembrando as palavras do professor Zerbini. Ele enfatizou que esse pacote "não pode ser o penúltimo". Em seu entender, as medidas não alteram a situação da indústria a curto prazo, mas pelo menos abrem uma perspectiva de recuperação, como uma luz no fim do túnel. Com o pacote firmado, Vidigal acredita que dentro de 90 dias já existirão empresários e até empresas do governo pensando novamente em investir. "Este pacote tem de ser o último", concluiu Vidigal.

EM ESTUDO

Fontes extra-oficiais informaram ontem, em São Paulo, que o governo estuda, ainda, a modificação da distribuição de responsabilidades entre o Banco do Brasil e o Banco Central; a modificação da Lei das Sociedades Anônimas, para permitir aos ministros presidirem os conselhos de administração das estatais, e a negociação direta dos salários.